

Mentalidade e ciclos de transformação da ordem internacional*

Mentality and processing cycles of the international order

Raphael Spode¹

Resumo

Esse artigo procura suscitar o entendimento de que os comportamentos sociais, os juízos e os interesses formulados no sistema internacional derivam de uma percepção sobre a realidade. A questão fundamental é entender que tais percepções estão associadas a certos sentimentos e que em algum momento ambos servirão de base para julgamentos e ações políticas, ou melhor, servirão de impulso para a criatividade, a impotência ou o desencantamento político, marcando, desse modo, ciclos de transformação ou estagnação social. O texto está dividido em quatro partes. A *introdução* e a *segunda parte* buscam problematizar a teoria das relações internacionais com o propósito de construir o cenário ontológico das mentalidades. A *terceira parte* oferece dinamicidade à argumentação e aponta para as principais forças constitutivas das mentalidades: vontade e sofrimento. Por fim, as *considerações finais* indicam que os ciclos de transformação da ordem internacional dependem de uma revolução da mente. Em parte, essa revolução diz respeito ao modo como configuramos a nossa relação com o mundo. O ponto é que essa transformação dependerá apenas dos indivíduos e de sua mentalidade.

Palavras-chave: Teoria das relações internacionais. Ordem internacional. Mentalidade. Transformação.

Abstract

This article seeks to raise the understanding that social behaviors, judgments and interests are formulated from a perception of reality. The key to understand such perceptions is associated with certain moral sentiments that form the basis for judgments and political actions, or rather will serve as impetus for creativity, impotence or political disenchantment. This will mark cycles of progress or social stagnation. The text is divided into four parts. The *introduction* and the *second part* seek to analyze the theory of international relations in order to build an ontological scenario of mentalities. The *third part* offers dynamism to the argument and points to the main constitutive forces of mentalities: *will* and *suffering*. The *final considerations* indicate that the cycles of the international order depend on a revolution of the mind. In part, this revolution regards to how we set our relationship with the world; i.e this transformation will depend only on individuals and their mentality.

Keywords: Theory of International Relations. International Order. Mentality. Transformation.

* Recebido em 05/09/2014.

Aprovado em 31/10/2014.

Aprovado em 15/10/2014

¹ É doutorando e mestre em Relações Internacionais pelo IREL/UnB. É co-organizador de Abordagem Clássica das Relações Internacionais (Conceito, 2012) e co-autor de Hobbes e Locke nas Relações Internacionais (Juruá, 2013). Lecionou Introdução ao Estudo das Relações Internacionais e Teoria das Relações Internacionais na UNIVALI, onde foi coordenador do curso de Relações Internacionais. Também foi professor de Teoria das Relações Internacionais na UFSC. Atualmente, é professor do curso de Relações Internacionais do UniCEUB, Campus Taguatinga. É pesquisador do Grupo de Pesquisa “Pensadores clássicos e os debates contemporâneos” – IREL/UnB. E-mail: raphael.spode@gmail.com.

1 Introdução

Com a publicação de “*A Política entre as Nações*” (1948), Hans Morgenthau introduziu nas Relações Internacionais uma importante noção sobre a política. Ainda que a ideia apareça sutilmente, ela consiste em pensar a política como impulso de criatividade, impotência ou desencantamento. Enquanto impulso criativo, a política é uma das forças que organizam o mundo social e ordena-o para atender algum propósito. Ainda que a política esteja relacionada com o mundo exterior, criatividade, impotência e desencantamento são forças que se originam de sentimentos humanos.

Para David Hume, nossos julgamentos em qualquer área, apesar do suporte da razão, se fundam essencialmente nos sentimentos humanos. São os sentimentos que excitam as paixões, produzem ou evitam as ações e geram as motivações mais significativas. O ponto central desse entendimento é que esses sentimentos mudam, variam de acordo com as percepções em ideologias e visões sobre riscos, oportunidades e interesses (SATO, 2003, p. 175). Por exemplo: durante as guerras religiosas do século XVII o sofrimento contínuo gerou a percepção de que essa situação era insustentável e apontou para a tolerância como um valor fundamental e a soberania como uma “saída” para as guerras, impulsionando, de alguma maneira, certas ações políticas que na modernidade formaram o Estado-nação.² A obsolescência do Estado-nação somente poderia estar associada ao fato dessa entidade política ter entrado em contradição com os propósitos e sentimentos que a conceberam, pois foi por medo, insegurança e esperança de alcançar a paz que os indivíduos saíram de um estado de natureza e conceberam o Estado (HOBBS, 1983).

[...] o estado-nação corresponde hoje a uma noção obsoleta de organização política que, longe de garantir a segurança e poder de seus membros, condena-os à impotência ou ao extermínio final, podendo ser vitimados uns pelos outros ou por seus vizinhos mais poderosos. Somente o futuro nos mostrará se esse agudo

sentimento de insegurança, não somente dos indivíduos, mas também das sociedades nacionais às quais eles pertencem, levará a *um impulso de criatividade política*, sob a forma de unificação política, militar e econômica da Europa, ou à *impotência política*, em uma modalidade de recuo em direção a um “neutralismo” - isto é, à renúncia a qualquer forma de política externa -, ou a um *desencantamento político*, à guisa de uma identificação intensa com as nações individuais (MORGENTHAU, 2003, p. 207, grifo nosso).

A discussão suscitada por Morgenthau serve para um propósito. Ela ajuda a pensar que os fenômenos internacionais despertam nos indivíduos certos sentimentos – dor, medo ou esperança – e que tais sentimentos, mesmo sendo o produto das circunstâncias passarão a orientar julgamentos sobre riscos, influenciarão a formulação de interesses e estarão presente na concepção de uma ação política positiva (ou criativa) e negativa (ou impotente e desencantada) (SATO, 2003, 2010, p. 336).

Nas relações internacionais, o exemplo mais emblemático desse entendimento é Sir Norman Angell. Com sua obra *A grande ilusão* (1919), Angell procurou demonstrar, na passagem do século XIX para o século XX que uma “nova realidade” havia se configurado e ela não justificava mais a existência de sentimentos belicistas, alimentados pelos militaristas. Angell enxergava o surgimento de uma *era de interdependência* cuja força matriz era essencialmente marcada pelo entrelaçamento sistêmicos dos mercados. Uma vez empreendida, a guerra significaria o fim de sutis elos de interdependência e isso representava de algum modo a “morte” do agressor. O que Angell denota em sua obra é que o problema da guerra era um problema da mentalidade das elites que, de um modo ou outro, não conseguiam ou não desejavam observar um fato material: a interdependência tornava a guerra possível, mas inútil.³ Foi para esclarecer a consciência das elites de uma época que Norman Angell escreveu *A grande ilusão* e outras obras. Nelas, propunha

² Essa observação corresponde ao entendimento de Eiiiti Sato: “na moderna ciência política, considera-se que uma das contribuições mais notáveis de *O Príncipe*, é o entendimento de que a política não tem por propósito tornar o homem virtuoso ou que o Estado teria algum propósito ético ou religioso, mas simplesmente o de servir como instrumento das sociedades no sentido de promover bens coletivos como a prosperidade e a segurança interna e externa” (SATO, 2013).

³ Hoje, a interdependência entre as potências é muito maior quando comparada ao tempo de Angell, o período que antecedeu a *Primeira Guerra Mundial*. Em alguma medida o aprofundamento da interdependência tornou a ameaça da guerra entre potências algo distante. O desafio do sistema internacional hoje é outro: as guerras assimétricas. Elas ocorrem entre exércitos modernos e milícias difusas. As guerras assimétricas são guerras incontroláveis e perigosas para os exércitos modernos. Em alguma medida foi o medo de entrar numa guerra assimétrica que barrou *Putin* de invadir a Ucrânia.

um amplo projeto de educação e esclarecimento e apontava para uma “nova realidade” que não justificava mais pensar a guerra como um instrumento eficaz para a realização dos interesses nacionais (ANGELL, 2002).

[...] Se fosse possível estabelecer este ponto através de argumentos irrefutáveis, pensou Sir Norman, então a guerra não ocorreria. A guerra é produto de uma “falha de entendimento”. Uma vez que a cabeça fosse purgada da ilusão de que a guerra compensava, o coração poderia tratar de si mesmo (CARR, 2001, p. 37).

O mundo das cruzadas, da caça às bruxas não foi um mundo de intenções incorretas, mas um mundo de pensamento incorreto (CARR, 2001, p. 37). Essa perspectiva suscita o entendimento de que os comportamentos sociais, os juízos e os interesses formulados no sistema internacional derivam de uma percepção sobre a realidade. A questão fundamental é entender que tais percepções estão associadas a certos sentimentos e que em algum momento ambos servirão de base para julgamentos e ações políticas, ou melhor, servirão de impulso para a criatividade, a impotência ou o desencantamento político, marcando, desse modo, ciclos de transformação ou estagnação social. Outro exemplo pode auxiliar essa compreensão.

Em 1856, durante o Segundo Império Francês de Napoleão III, os árabes da Argélia se rebelaram contra os colonialistas franceses. Com a intenção de conter a rebelião, Napoleão III convocou Robert-Houdin – o mágico. Sua ideia era convencer Houdin a fazer truques capazes de dissolver os sentimentos e emoções que estavam por detrás daquela rebelião e com isso romper a influência dos mulás. Na Argélia, Houdin convidou uma das tribos mais fortes da revolução para acompanhar uma de suas sessões. Durante a apresentação ele pediu ao líder árabe da tribo para pegar uma caixa de madeira colocada no palco. O árabe pegou sem nenhum problema. Em seguida, Houdin anunciou que iria minar suas forças e por intermédio de sutis sugestões mentais, o fez acreditar que suas forças haviam sido anuladas. Ele acenou com a varinha e declarou: “*Contemplez maintenant vous êtes mais faible qu’une femme! Essayez de soulever la boîte*” (“Eis que agora você está mais fraco do que uma mulher! Tente levantar a caixa”). O árabe puxou a alça, mas ela não se moveu. Ele tentou, tentou e nada, levando-o ao desespero. Alucinado, o árabe soltou a alça, fugiu para o corredor e correu gritando para fora do teatro.

O exemplo acima encerra uma curiosa lição. A ra-

zão poderia tê-lo demonstrado o absurdo do truque e indicado que com um pouco de conhecimento, ele poderia ter desvendado o mistério (CARR, 2003, p.79). Porém, a questão é que o truque impressionou os sentidos do espectador e agiu sobre sua percepção mental, mudando a sua visão sobre os riscos, as oportunidades e os interesses envolvidos na revolução contra a França: “uma terra de homens ‘misteriosos’ e ‘profundos’”. Para corrigir uma “falha do entendimento” Houdin foi comissionado; um entendimento falho que sugeria aos árabes sua invulnerabilidade, isto é, o sucesso da revolução. Com simples sugestão feita à imaginação – de uma suposta superioridade francesa – e um pouco de tecnologia⁴, Houdin “corrigiu” o entendimento árabe criando um sentimento de impotência e desencantamento político. Ele agiu sobre certos sentimentos que mudaram a percepção e os interesses sobre a realidade – e isso Napoleão III estava ciente conseguir com um pouco de “mágica”.

2 Realidade e Mentalidade das Elites

Os exemplos acima sugerem que os interesses pessoais, de uma nação ou da humanidade em seu conjunto são constituídos, em alguma medida, por sentimentos e perspectivas gerados pelo contato com a realidade material: isto é, num mundo interdependente ou no “trato com nações misteriosas”, os cálculos de interesses precisam levar em consideração certos fatores da “realidade incontestável”, e não o simples desejo (ainda que os desejos sejam um fator importante). Sempre existirão interesses, sejam pessoais, sociais ou de um Estado. A principal questão é entender como e de que modo os interesses são constituídos e como, em última instância, os interesses gerais da humanidade são incorporados nos interesses individuais. Em parte, a resposta para esse tipo de questionamento está na investigação da relação existente entre sentimentos e percepção da realidade, pois em algum momento são os sentimentos e as percepções que criam uma espécie de *tendência geral de comportamento* – uma *mentalidade* – que determinará a natureza dos interesses e a dinâmica do poder.

⁴ Alguns comentadores afirmam que a caixa tinha um controle magnético. Quando Houdin acionava os imãs, a caixa literalmente “chumbava” ao chão, tornando impossível o movimento de alçar. A história sobre a viagem de Houdin a Argélia está descrita nas suas *Memórias* (ROBERT-HOUDIN, 1859, cap. XX).

O tema da segurança internacional pode ajudar a pensar essa relação. Tradicionalmente, o ponto de partida das relações internacionais é a existência de Estados ou comunidades políticas independentes. Cada Estado possui um governo e afirma sua soberania sob uma parte da superfície terrestre e um segmento da população humana. De um lado os Estados possuem a *soberania interna*, ou seja, a supremacia sobre todas as demais autoridades dentro daquele território e a *soberania externa* que consiste não na supremacia, mas na independência com respeito às autoridades externas (BULL, 2002, p. 41). O conceito tradicional de segurança internacional está associado à noção de soberania acima descrita, que confere ao Estado ou autoridade política suprema de um território o direito de defender sua independência frente aos outros Estados ou autoridades externas. Na medida em que indivíduos e comunidades perceberam a ampliação e o aprofundamento dos fluxos transcontinentais e inter-regionais, que de um modo ou outro aceleravam a vida social em todos os aspectos⁵, tal conceito sofreu drásticas ampliações. Por facilitar a migração, por exemplo, tais fluxos e redes permitiram um aprofundamento da relação entre as sociedades domésticas e o meio internacional. Uma noção de segurança nacional, por exemplo, não poderia mais considerar apenas o interesse definido em termos absolutos, mas precisava levar em consideração as condições de vida e a realidade social e política das outras nações. Uma guerra civil poderia forçar pessoas a sair de seu país e transformar a realidade social de outra ao cruzar as fronteiras.⁶ A questão central nesse exemplo

é que a realidade material determinou não ser mais possível considerar os interesses individuais de um Estado sem levar em consideração os interesses de outros países. A ampliação do conceito de segurança necessariamente precisou acompanhar a “nova realidade” do mundo; um mundo que não era mais o mesmo⁷.

O debate protagonizado por Walter Russel Mead e G. John Ikenberry na revista *Foreign Affairs* ajuda a aprofundar essa reflexão.⁸ Em junho deste ano, Mead publicou em *The return of geopolitics* a ideia de que as rivalidades geopolíticas haviam retornado ao centro dos jogos de poder internacional. A anexação da Crimeia pela Rússia, as exigências agressivas da China nas águas costeiras, a assertiva resposta japonesa e a tentativa do Irã em usar alianças com a Síria e o Hezbollah para dominar o Oriente Médio sugeriam o retorno de um antigo padrão de comportamento político. Num primeiro momento, esse padrão consiste em pensar o mundo a partir de questões geopolíticas, isto é, em termos de territórios e poder militar. A consequência deste pensamento está no fato dele sugerir uma política externa baseada em cálculos de auto-interesse (*self-help*) que geram resultados de soma zero. Para Mead, esse pensamento político – denominado por muitos autores como *realista* ou *razão de estado* – nunca deixou de influenciar o comportamento internacional.

[...] Westerners should never have expected old-fashioned geopolitics to go away. They did so only because they fundamentally misread what the collapse of the Soviet Union meant: the ideological triumph of liberal capitalist democracy over communism, not the obsolescence of hard power. China, Iran, and Russia never bought into the geopolitical settlement that followed the Cold War, and they are making increasingly forceful attempts to overturn it. That process will not be peaceful, and whether or not the revisionists succeed, their efforts have already shaken the balance of power and changed the dynamics of international politics (MEADE, 2014, p. 1).

⁵ *A aceleração da história* é uma dinâmica civilizatória que implica no aumento drástico da velocidade dos processos sociais. Trata-se, também, de um fenômeno físico, no sentido de que as atividades humanas mudam a fisionomia do planeta num ritmo frenético; pelo consumo de recursos, biodiversidade, massas de água. Sobretudo, essa aceleração está associada à rapidez das inovações tecnológicas, especialmente na área de informação (VIOLA; FRANCHINI; RIBEIRO, 2013, p.49). David Held e Robert Keohane definiram esse processo como *globalização*, isto é “a process (or set of processes) which embodies a transformation in the spatial organization of social relations and transactions, generating transcontinental or interregional flows and networks of activity, interaction and power. a broadening, deepening and speeding up of worldwide interconnectedness in all aspects of life, from the cultural to the criminal, the financial to the environmental. At issue appears to be ‘a global shift’; that is, a world being moulded, by economic and technological forces, into a shared economic and political arena” (HELD; MCGREW, 2002, p. 325-347. KEOHANE; NYE, 2000. HELD; MCGREW, 1999, p. 1-31).

⁶ Desde a *Segunda Guerra Mundial*, a violência étnica gerou

níveis sem precedência de migrações forçadas, refúgios e movimentos de asilo (HELD; MCGREW, 2002).

⁷ Na verdade, trata-se de um mundo em transformação, muito bem sintetizado no conceito *global shift*; ele revela que a realidade tem incorporado novas e complexas forças que modificam os fluxos e as redes de atividades, interações e poder (HELD; MCGREW, 1999, p. 1-86).

⁸ Ver MEAD, Walter Russell. *The return of geopolitics: the revenge of the revisionist powers*. *Foreign Affairs*, New York, v. 93, n. 3, may/jun. 2014 & IKENBERRY, G. John. *The illusion of geopolitics: the enduring power of the liberal order*. *Foreign Affairs*, New York, v. 93, n. 3, may/jun. 2014.

Ao fim da *Guerra Fria* falava-se do surgimento de uma ordem internacional mais justa, pacífica e próspera, e tinha-se a nítida impressão de que algo fundamental estava em curso. No campo intelectual, surgiram duas tendências: a primeira, de caráter mais ideológico e triunfalista, procurou refletir sobre a natureza das transformações internacionais. Fukuyama, expoente desta linhagem, considerou as transformações em curso como mudanças de essência ideológica. Em seu renomado argumento do *fim de história*, o autor considerou entusiasticamente a vitória incontestável do liberalismo econômico e político dado a total exaustão das alternativas viáveis ao liberalismo ocidental (FUKUYAMA, 1995, p. 5). A segunda tendência, de compleição teórica, se diferenciou ao propor uma retomada das origens epistemológicas da disciplina (ALKER, 1996). Autores como Hayward R. Alker e Charles W. Kegley Jr. avançaram essa *percepção de momento* que se concentrava nitidamente na recuperação de algo tido como fundamental na disciplina. Kegley, como é notório, propôs em sua *presidential address to the International Studies Association* uma reformulação do realismo político a partir das ideias de Woodrow Wilson (KEGLEY JR, 1993). O que as duas tendências têm em comum é que ambas consideram o fim da *Guerra Fria* um marco de superação da mentalidade essencialmente belicista e geopolítica para um pensamento institucionalista liberal. O fato é que, em certa medida, o fim da *Guerra Fria* não significou a extirpação da *realpolitik* do *cenário mental* das elites políticas. Pelo contrário, em certas ocasiões, as lideranças recorrem a esse tipo de pensamento, sobretudo quando precisaram responder a complexos desafios da realidade material.⁹

O que cada um dos pontos levantados pelos autores representa (Mead, o pensamento geopolítico; Ikenberry, a perspectiva de uma ordem internacional estável, de caráter institucionalista liberal) são *cosmovisões*, isto é, formas mentais que correspondem a certos sentimen-

tos morais e percepções sobre poder, interesses e legitimidade. O que é importante considerar nesse ponto é que os padrões de comportamento internacional – seja ele *revisonista ou institucionalista* – reflete conjuntos de percepções subjetivas e visões interiores. A questão é que tais percepções e visões interiores podem produzir ações políticas criativas e positivas, impotentes e até mesmo destrutivas, dependendo dos sentimentos provocados pelos desafios da realidade. A questão é que tais percepções e visões interiores não dizem unicamente respeito ao Estado, mas àquilo que é mais fundamental no Estado e nas próprias relações internacionais: a *mentalidade* dos indivíduos.

Puchala e Hopkins ajudam a sustentar essa posição. Esses autores rejeitam o pressuposto segundo o qual o sistema internacional é composto por Estados soberanos limitados apenas pelo equilíbrio de poder. Eles sugerem que as elites são os atores reais das relações internacionais e que os Estados não passam de abstrações rarefeitas, uma solução metonímica¹⁰. As elites é que agem no interior de redes e um sistema de princípios, regras, normas e padrões de comportamento que transcendem as fronteiras nacionais. A anarquia, a soberania e o equilíbrio de poder são apenas algumas das variáveis que compõem um conjunto muito mais amplo dos fatores básicos do comportamento (KRASNER, 2012, p. 99). O que essa perspectiva indica é que poder e interesses (e em última instância o comportamento social dos Estados) estão ligados a certos princípios, normas e regras (que os códigos legais ou morais às vezes refletem) e que esses elementos são essencialmente subjetivos, elaborados na forma de entendimentos, expectativas, convicções e in-

⁹ Quando Mead indica a existência de Estados revisionistas, de algum modo o que ele está dizendo é que a *razão de estado* e a *realpolitik* nunca deixaram de “assombrar” a *matriz cognitiva* dos estadistas. Pelo contrário, a *razão de estado* e a *realpolitik* são poderosas forças estratégico-ideacionais, muito eficazes para países sem muita integração ou interdependência realizarem os seus interesses individuais. O ponto é que esse modo de pensar e agir impacta no equilíbrio de poder e na própria dinâmica das relações internacionais, fazendo crer tratar-se de um rompimento da ordem ocidental, o que não é verdade.

¹⁰ *Metonímia* se refere a um processo de transnominção ou emprego de um termo por outro. Segundo Waltz quando dizemos que o Estado age falamos metonimicamente: “dizemos que o Estado age quando queremos dizer que as pessoas que estão nele agem, da mesma maneira como dizemos que a panela ferve quando queremos dizer que a água que está dentro dela ferve” (WALTZ, 2004, p. 101). Atualmente o conceito de Estado é muito mais amplo e complexo. Na verdade, “no mundo da globalização recente, os Estados nacionais são simultaneamente atores unitários e plurais. São unitários no sentido de que existe sempre uma resultante, por mais provisória que seja em alguns casos, dos alinhamentos e coalizões políticas domésticas. E são plurais já que múltiplos atores setoriais e sub-nacionais procuram maximizar seus interesses particulares dentro do país, estabelecendo redes e alianças com forças similares de outros países, construindo, desse modo, dinâmicas transnacionais” (VIOLA; FRANCHINI; RIBEIRO, 2013, p. 48-49).

terações sociais (PUCHALA; HOPKINS, 1982, p. 247; HAAS, 1992).

Behavior follows from adherence to principles, norms, and rules, which legal codes sometimes reflect. But *regimes themselves are subjective*: they exist primarily as participants' understandings, expectations or convictions about legitimate, appropriate or moral behavior (PUCHALA; HOPKINS, 1982, p. 246, grifo nosso).

Esse ponto sugere dois aspectos: primeiro, aponta para uma dinâmica comportamental das sociedades que assume a enorme capacidade dos indivíduos em criar o seu próprio mundo; e segundo, indica que em alguma instância o fenômeno político nas relações internacionais está profundamente associado com a dimensão da subjetividade, o mundo dos sentimentos e valores humanos; elementos que formam, num sentido mais geral, uma tendência de comportamento, em outras palavras, uma mentalidade.

3 Antropoceno, Mentalidade e Sofrimento

Na literatura contemporânea sobre política internacional, uma noção geológica introduzida em 2002 por Paul J. Crutzen, Nobel de Química em 1995, passou a valorizar o protagonismo humano nos ciclos de transformação do mundo. Crutzen sustentou que a humanidade havia deixado um período denominado por *holoceno* – uma era de estabilidade e infinitude geológica – e ingressado em uma nova época, o *antropoceno* marcado pela finitude e profundos processos de transformação. O conceito tem importância ao indicar que as transformações são, em parte, uma consequência da capacidade que o homem vem conquistando de modificar o planeta. Essa capacidade teria começado a se aprofundar por volta da primeira revolução industrial europeia (1800) quando novos e poderosos meios de manipular o ambiente se tornaram disponíveis, chegando ao auge em 1955.¹¹

Earth scientists suggest that we now live in a new era of natural history, the Anthropocene; one marked by the emergence of a new series of geological, biological and climatological forcing mechanisms in the biosphere (ZALASIEWICZ et al., 2010). We have left behind the period of the Holocene, the relatively stable period of

Earth history between the end of the last ice age and the appearance of industrial society. Human activities have introduced new biophysical factors into the biosphere and begun to change the physical parameters that determine the functioning of the major Earth system processes. The need for a new term comes not from a single historical innovation or ecological change but from the recognition that the total amount of human activity in all its diversity is now on such a scale that we are living in a qualitatively new era. In terms of the sciences of climate, geochemistry, geomorphology and ecology, it is no longer appropriate to think only in terms of 'natural' mechanisms to understand the processes that shape our habitat (Knight and Harrison, 2013). Hence a new geological period named the Anthropocene (DALBY, 2014, p. 1-2).

O conceito do *antropoceno* resgata uma importante noção filosófica: a ideia do homem *artífice*. Essa ideia encerra uma tradição de pensamento que enaltece a capacidade criativa da humanidade ante o incerto e o imponderável. Nessa tradição, o homem participa da criação por intermédio de uma potencialidade natural: a vontade. Na política, Hobbes postulou a vontade como fundamento do poder político, pois o contrato social, realizado entre indivíduo e o soberano, é antes de tudo, um ato da vontade de todos aqueles que o constituíram.

A união obtida por meio do consentimento desses indivíduos é concebida por Hobbes como um verdadeiro ato criador, comparável “àquele *Fiat*, ao *Façamos o homem* proferido por Deus na Criação”, porque este ato dá origem ao Estado, a esse homem artificial denominado *Leviatã*, ao qual os homens devem direta e imediatamente a sua paz e segurança e que, por isso, pode ser chamado — não sem uma boa dose de provocação — de “*Deus mortal*”. É desse modo, segundo Hobbes, que os seres humanos deixam de ser lobos uns dos outros e se transformam em um deus para si mesmos (ALVES, 2012, p. 93).

Se a vontade de Deus é o fundamento de sua arte – a criação – a vontade humana é a essência da ordem política. É a vontade humana que produz, cria o contrato, o Estado e as instituições. Nesse sentido, *política* é arte criativa; é uma arte humana por intermédio da qual o indivíduo é capaz de construir e transformar o mundo, de acordo com a sua vontade. Uma curiosa imagem presente na obra de Pico della Mirandola, *De hominis dignitate oratio* (1486), reforça essa ideia. Nessa imagem, o homem¹² é to-

¹¹ Para Held, esse período se caracteriza pela enorme capacidade do homem de construir catástrofes: é o período de *Guerra Fria*, marcado pela intensa ameaça de destruição total pelas armas nucleares (HELD; MCGREW, 1999).

¹² No sentido de *gênero humano*.

mado por Deus e colocado no meio do mundo. Então, uma poderosa voz lhe diz:

‘Ó Adão, não te demos nem um lugar determinado, nem um aspecto que te seja próprio, nem tarefa alguma específica, a fim de que obtenhas e possuas aquele lugar, aquele aspecto, aquela tarefa que tu seguramente desejares, tudo segundo o teu parecer e a tua decisão. A natureza bem definida dos outros seres é refreada por leis por nós prescritas. Tu, pelo contrário, não restringido por nenhuma limitação, determiná-las para ti, segundo o teu arbítrio, a cujo poder te entreguei. Coloquei-te no meio do mundo para que daí possas olhar melhor tudo o que há no mundo. Não te fizemos celeste nem terreno, nem mortal nem imortal, a fim de que tu, árbitro e soberano artífice de ti mesmo, te plasmasse e te informasses, na forma que tivesses seguramente escolhido. Poderás degenerar até aos seres que são as bestas, poderás regenerar-te até às realidades superiores que são divinas, por decisão do teu ânimo’. Ó suma liberdade de Deus pai, ó suma e admirável felicidade do homem! ao qual é concedido obter o que deseja, ser aquilo que quer (PICO DELLA MIRANDOLA, 1998, p. 49-53).

É precisamente a livre vontade de ser aquilo que deseja ser que diferencia o homem das demais criaturas. Essa noção humanista resgata na modernidade a perspectiva do “homem-microcosmo”. Ela concebe o homem como o centro da criação e do universo; nele a racionalidade do cosmos se expressa como num santuário divino. *Artífice de si*, o homem é tomado como um ser *co-criador*, que no plano da realidade imanente expressa sua arte por intermédio da política (LE GOFF, 2006, p. 77-78). O que esse ponto sugere é que os impulsos de criatividade, impotência e desencantamento político estão profundamente relacionados com a vontade humana. Mas, como se defini e o que determina a *vontade*?

Em algum sentido, a *vontade* é uma força gerada por sentimentos e percepções que concebem as tendências comportamentais mais profundas da humanidade e definem a sua relação com os elementos básicos que constituem uma realidade material. Para Viola, Franchini e Ribeiro, essas tendências podem ser definidas como *macro-vetores civilizatórios* (VIOLA; FRANCHINI; RIBEIRO, 2013, p. 38). Ainda que os autores considerem o conceito como as tendências da humanidade em sua relação com a biosfera, a ideia aponta para algo mais amplo e fundamental. A questão mais essencial está em compreender que tais tendências estão profundamente associadas a uma *mentalidade*, entendida resumidamente como o conjunto de sentimentos e percepções de uma época. Por *mentalida-*

de pode-se entender uma ampla rede de visões interiores, um complexo conjunto de percepções ideacionais, valores, sentimentos morais, religiosos e seculares e entendimentos doutrinários sobre o mundo. A mentalidade de uma época é que molda as tendências da humanidade e o seu relacionamento com o mundo, marcando ciclos de criatividade, impotência ou desencantamento. Parte dela surge com o tempo, o estudo, a razão, o aprofundamento das ciências e o acumulado histórico e cultural; outra parte, porém, provém do sofrimento.¹³

Em geral, há um grande ciclo de sofrimentos até mudar uma mentalidade, que define a natureza dos próprios interesses humanos. Nesse quesito, há duas possibilidades: o homem antecipar racionalmente essa mudança, ou sofrer para mudar. O processo de construção de regimes para o meio ambiente é um bom exemplo. O que explica a difícil conciliação de interesses envolvendo o processo de constituição dos regimes internacionais do meio ambiente? Em parte, o dilema da difícil conciliação dos interesses na área ambiental se constitui na trama das tendências psicológicas da humanidade e envolve a atual

¹³ Em certo sentido, é possível afirmar que atualmente existe uma grande tendência profunda e geral, porém negativa de comportamento social. Ela possui e estabelece uma relação própria entre valores, sentimentos, percepções, interesses, realidade e empreendimento político. Essa tendência pode ser denominada de *hipermaterialismo*. Suas expressões se caracterizam basicamente pelo “consumo muito além das necessidades individuais e até um esbanjamento de riqueza, colocando em risco a espécie e a sociedade. [Também, pela] assimetria crescente entre o segmento mais pobre da população mundial (30%), e o mais rico (5%) [pela] obesidade crescente das populações dos países desenvolvidos e de muitos dos emergentes [...] o aumento exponencial do consumo de drogas lícitas e ilícitas [...]; e um vazio espiritual generalizado, embora distribuído heterogeneamente no mundo, segundo subculturas e níveis educacionais [...] O hipermaterialismo introduz uma carga não apenas para os indivíduos, mas também para a sociedade, que acaba pagando um alto preço para cuidar de indivíduos cada vez mais infelizes e incapazes” (VIOLA; FRANCHINI; RIBEIRO, 2013, p. 50). Boa parte dos desafios contemporâneos reside em superar essa mentalidade e encontrar uma nova consciência. Esse trabalho dependerá de uma séria investigação sobre a dimensão espiritual das relações internacionais, no sentido de resgatar valores e significações positivas presente em culturas e sociedades que a constituem. Além disso, será necessário um esforço político para promover a convergência das sociedades, em termos de valores e interesses; e descobrir uma expressão de universalismo genuíno, legítimo e suficientemente forte, capaz de provocar novos sentimentos teleológicos e novas expressões de sentido e finalidade da vida (WALLERSTEIN, 2007, caps. 2 e 4).

fragilidade de seus sentimentos ético-morais. Ainda que o sucesso concernente aos processos de construção dos regimes internacionais para o meio ambiente depender da racionalidade técnica, parte do fracasso se associa ao estado da mentalidade humana. Tudo indica que a uma sociedade de baixo carbono vai chegar, mas muito tarde, depois de muita morte e sofrimento. Do ponto de vista doutrinário, Kant avançou essa percepção.

A visão de progresso kantiana baseia-se no processo dialético pelo qual o ato antissocial e as más qualidades tornam-se um estímulo constante da necessidade de criar um mundo mais pacífico, regido por leis positivas. Para Kant, a incompatibilidade social, a vaidade, a inveja competitiva e os insaciáveis desejos de poder ou mesmo de posse despertam nos homens o desejo de transformação. A dor e o sentimento de injustiça, por exemplo, gerados por uma realidade triste e negativa, faz com que os indivíduos descubram em suas potencialidades os meios de progredir e criar um novo mundo. É justamente a devastação, as revoltas, as guerras e revoluções que completam a exaustão do *mundo íntimo e moral*, o que serve de impulso para a constituição daquele estado que a natureza preparou para os homens: um estado de felicidade e paz perpétua. Porém, é preciso lembrar que a razão sugere os meios de alcançar esse estado sem tantas experiências tristes, mas apenas caso os indivíduos não houvessem se entregado ao abandono da lei e da observância dos imperativos morais. Assim, a memória do sofrimento, a lembrança da destruição e a sempre presente possibilidade de retornar ao estado de paz e estabilidade constituem o motor essencial do progresso, estimulando a vontade, a criatividade política e o espírito de transformação (HURRELL, 1990; KANT, 2002, 2003).

O importante dessa abordagem é perceber que o sofrimento pode ajudar os indivíduos a mudar a *mentalidade*, isto é, uma tendência geral de comportamento negativo e ganhar, com a dor, uma capacidade de se ver como parte integrante de uma comunidade global. A dor pode ter a função de incitar a *vontade de mudar* e estimular visões íntimas, acordar novas percepções morais, subjetivas que indiquem o caminho de um novo mundo, feliz e abundante. A lição é ainda mais interessante: a dor produz o sentimento crescente da existência de uma interdependência moral, o que leva os indivíduos a desejar um acordo geral sobre os princípios de paz e entendimento e incita a *vontade de buscar*, pelo esforço, possíveis convergên-

cias entre as suas sociedades. O mesmo ocorre com o indivíduo egoísta e desumano, gravemente acometido pela doença. A dor constante e a visão do fim lhe adoça o espírito e estimula, no íntimo, visões e sentimentos morais de amor, generosidade e caridade para com o próximo. Dor e o sofrimento estimulam a mudança da mentalidade, da tendência assumida pelo indivíduo ao longo da vida, na sua relação com os outros e o mundo. O resultado mais imediato dessa mudança de mentalidade é o indivíduo resignificar os seus interesses ao perceber que eles não são tão diferentes daquilo que os outros desejavam. Nessa era de transformações, a emergência de uma nova mentalidade e uma nova consciência, forte suficiente para gerar impulsos positivos de vontade, criatividade política e transformação tem a ver, em alguma medida, com o sofrimento.

4 Considerações Finais

Em certo sentido, os ciclos de transformação da ordem internacional dependem de uma revolução da mente. Essa revolução diz respeito ao modo como configuramos a nossa relação com o mundo, organizamos as nossas cidades, os sistemas de alimentação e concebemos a finalidade da vida, em termos de interesses seculares e valores espirituais.¹⁴ Ela também diz respeito às elites e ao modo como elas enxergam o mundo, constituem os interesses materiais das nações e orientam a *vontade*, isto é, sua capacidade de criar a realidade. A esperança das próximas décadas dependerá do surgimento de uma nova consciência, que seja capaz de orientar um comportamento social e político responsável e criativo em relação à biosfera e a comunidade humana. O ponto é que essa transformação dependerá apenas dos indivíduos e de sua mentalidade (DALBY, 2014).

Por outro lado, os ciclos de transformação da ordem têm a ver com a mudança de paradigma e o surgi-

¹⁴ Dentro dos grandes movimentos de transformação, houve uma transição entre sociedades autoritárias, que definiam valores, o certo e o errado para o surgimento de uma massa que emergiu na liberdade, que não teme Deus. Essa transformação liberou forças e energias, sem limitações. Trata-se de massa humana *with no boundaries*, que não sabe reconhecer o certo e o errado. De um modo geral, o quadro do mundo atual é de uma erosão completa das limitações e da alteridade. Trata-se de um estado geral de anomia que se vence, talvez, com a retomada de sistemas deontológicos e uma reavaliação profunda dos interesses seculares e valores espirituais da humanidade.

mento de um novo intelecto. Certas observações sobre a natureza da pesquisa em relações internacionais apontam para uma direção fundamental, muitas vezes oculta, que é a perspectiva da mudança (HOLSTI, 1998, p. 2) Transformações e mudanças na ordem internacional podem representar significativas transformações no campo teórico. As revoluções teóricas geralmente ocorreram após graves eventos como a *Guerra dos Trinta Anos*, as *Guerras Napoleônicas*, a *Primeira Guerra Mundial* e a *Segunda Guerra Mundial*, pois tais eventos desafiam os hábitos mentais dos estadistas, dos pesquisadores, dos estudantes. A imagem da *intellectual jailbreak*, de Rosenau, representa muito bem como os eventos internacionais desafiam as invocações habituais de conceitos que já tiveram uso teórico e descritivo no passado, mas não são mais capazes de capturar o novo momento ou aquilo que é desejável. Em circunstâncias desafiadoras uma alternativa é reconfigurar o “nosso equipamento conceitual” para olhar o mundo de uma nova maneira (ROSENAU, 1990, cap. 2; SNYDER, 2004, p. 53).

No exame da evolução das teorias das Relações Internacionais, as mudanças de paradigma não resultam apenas das limitações intelectuais de um paradigma dominante, mas essas revoluções emergem e são energizadas pelas transformações na política mundial. É verdade que os teóricos são influenciados pelos predecessores, mas o seu desafio surge no tempo em que atuam. A *Guerra Fria* parece ter confirmado os princípios do realismo e invalidado os postulados idealistas do pós *Segunda Guerra Mundial*. Porém, após 1989 ficou evidente que tempos de transformação estimulam o reexame de teorias ortodoxas e revigoram a pesquisa em busca de princípios que possam reconstruir o pensamento.

As mudanças ocorridas no sistema internacional com o fim da *Guerra Fria* ainda impõem esse desafio. Tais transformações alimentaram esperanças de um mundo mais integrado, pacífico e próspero. A globalização da economia política internacional, o avanço da tecnologia e a adoção das instituições multilaterais não tem sido suficientes para difundir um crescimento econômico mais justo, incorporar sociedades mais pobres ao mercado mundial, diminuir as desigualdades sociais na política global, conforme alguns analistas haviam previsto anteriormente. As promessas de progresso econômico e tecnológico para um mundo melhor tem sido desacreditadas pelo ressurgimento de conflitos permeados por segmentações culturais, étnicas e religiosas (ABRI-ISA, 2009).

Para Niebuhr, vivemos o quadro do paradoxo mun-

dial. Enquanto os meios de comunicação se desenvolvem e se tornam mais capazes de transmitir os problemas e as necessidades mundiais, e enquanto melhora a educação que faculta às pessoas pensarem racionalmente sobre a inevitabilidade do conflito e a necessidade da supressão das necessidades, há evidências de que apenas o aumento da inteligência e o melhoramento dos meios de comunicação não garantem o desenvolvimento nem ações positivas de política externa (NIEBUHR, 2001, p. 85). Nesta época de graves perturbações, um número cada vez maior de acadêmicos de Relações Internacionais consideram a hipótese de que ante o reaparecimento das “dinâmicas perigosas” –, isto é, diante do recrudescimento da insegurança, da injustiça, da intolerância; o ressurgimento das segmentações culturais, e o aprofundamento das desigualdades entre grupos sociais e econômicos – boa parte das soluções dependeriam da rediscussão dos fundamentos epistemológicos, ontológicos e teleológicos da disciplina e o papel que os critérios éticos podem desempenhar na ordem internacional (LEBOW, 1994). Revisar, reconstruir e rejeitar uma teoria é o caminho lógico de toda disciplina (KEGLEY JR, 1993, p. 134). No amplo trajeto das transformações globais, as mudanças paradigmáticas também representam um importante elemento de avanço ou retrocesso das tendências comportamentais da humanidade.¹⁵

¹⁵ Em 1996, George Modelski publicou em *Evolutionary paradigm for global politics* uma interessante visão sobre os ciclos de transformação do sistema político global. Por *sistema político global*, Modelski entende um conjunto de políticas (e estratégias) que auxiliam a administração de problemas globais. Esses sistemas políticos podem ser entendidos como um conjunto de instruções ou programas de potencial global: trata-se de uma *learning conception* dos sistemas políticos. A base de uma ordem política internacional são as “instruções” de operação, as rotinas de resolução de problemas. Essas instruções e rotinas se reproduzem por intermédio de processos de socialização. Em alguma medida, essa teoria sugere que a evolução ou transformação do sistema político global ocorre justamente quando são implementadas nessas instruções e rotinas, que mutuamente se sucedem, variações e inovações. Uma parte das mudanças e transformações depende que as análises teóricas das relações internacionais assumam a interação entre os elementos ideacionais e componentes da realidade material, pois uma ordem global, isto é, “*a learning conception of social evolution leaves room not only for “materialist” components (of wealth and power) but also for “idealist” elements (of truth, and love) that make for a well-rounded analysis* (MODELSKI, 1996).

Referências

- ABRI-ISA 2009. *Convocatória*. Disponível em: <<http://abriisa2009.wordpress.com/>>. Acesso em: set. 2012.
- ANGELL, Norman. *A grande ilusão*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- ALKER, Hayward R. *Rediscoveries and reformulations: humanistic methodologies for international studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- CARR, Edward H. *Vinte anos de crise*. Trad. Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.
- DALBY, Simon. Rethinking geopolitics: climate security in the anthropocene. *Global Policy*, v. 5, n. 1, feb. 2014.
- FUKUYAMA, Francis. The end of History. In: BEETS, Richard. *Conflict after the cold war: arguments on causes of war and peace*. New York: Macmillan Press, 1995.
- HAAS, Peter. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. *International Organization*, v. 46, n. 1, 1992.
- HELD, David; MCGREW, ANTHONY; et al. *Global Transformations. Politics, Economics and Culture*. Stanford: Stanford University Press, 1999.
- HELD, David; MCGREW, ANTHONY; et al. (Ed). *Governing globalization: power, authority and global governance*. Cambridge: Polity Press, 2002
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- HOLSTI, K. J. *The problem of change in international relations theory*. Vancouver: Institute of International Relations of the University of British Columbia, 1998.
- HURRELL, Andrew. Kant and the Kantian paradigm in international relations. *Review of International Studies*, n. 16, 1990.
- IKENBERRY, G. John. The illusion of geopolitics. The enduring power of the liberal order. *Foreign Affairs*, New York, v. 93, n. 3, p. 69-79, may/jun. 2014.
- KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2002.
- KANT, Immanuel. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: M. Fontes, 2003.
- KEOHANE, Robert O. Governance in a partially globalized world. In: HELD, David; MCGREW, Anthony (Ed). *Governing globalization: power, authority and global governance*. Cambridge: Polity Press, 2002.
- KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph. Globalization: what's new? What's not? (And so what?). *Foreign Policy*, New York, n. 118, p. 104-119, Spring 2000.
- KEGLEY JR., Charles. The neoidealist moment in international relations? Realist myth and the new international realities. *International Studies Quarterly*, v. 37, n. 2, 1993.
- KRASNER, Stephen. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. *Revista Sociologia & Política*, v. 20, n. 42, 2012.
- LEBOW, Richard Ned. The Long Peace, the End of the Cold War, and the Failure of Realism. *International Organization*, v. 48, n. 2, 1994.
- LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. Trad. Marcos de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2006.
- MEAD, Walter Russell. The return of geopolitics. The revenge of the revisionist powers. *Foreign Affairs*, New York, v. 93, n. 3, p. 80-90, may/jun. 2014.
- MODELSKI, George. Evolutionary paradigm for global politics. *International Studies Quarterly*, v. 40, n. 3, 1996.
- MORGENTHAU, H. *A Política entre as Nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.
- NIEBUHR, Reinhold. *Moral man & Immoral society. A Study in Ethics and Politics*. Kentucky: Westminster John Knox Press, 2001.
- PICO DELLA MIRANDOLA, Giovanni. *Discurso sobre a dignidade do homem*. Trad. Maria de Lurdes Sirgado Ganho. Lisboa: Edições 70, 1998.
- ROBERT-HOUDIN, Jean-Eugène. *Memoirs of Robert-Houdin: ambassador, author, and conjurer*. Written by himself. Edited by Shelton Mackenzie. Philadelphia: Geo. G. Evans Publisher, 1859.

ROSENAU, James. Justifying jailbreaks, the limits of contemporary concepts and methods, In: *TURBULENCE in World Politics: a theory of change and continuity*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

SATO, Eiiti. Conflito e cooperação nas relações internacionais: as organizações internacionais no século XXI. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 46, n. 2, p. 161-176, 2003.

SATO, Eiiti. Relações Internacionais como área do conhecimento e sua consolidação nas instituições de ensino e pesquisa. In: POSSAS, Lídia M. Vianna; SALA, José Blanes. (Org.) *Novos atores e relações internacionais*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010. SATO, Eiiti. *O Príncipe, de Nicolau Maquiavel*. Disponível em: <<http://pensadoresclassicosedebatescontemporaneos.wordpress.com/2013/07/01/3a-reuniao-o-principe-de-nicolau-maquiavel/>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

SNYDER, Jack. One World, Rival Theories. *Foreign Policy*, New York, n. 145, p. 52-62, nov./dec. 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

WALTZ, Kenneth. *O homem, o estado e a guerra*. São Paulo: M. Fontes, 2004.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matías; RIBEIRO, Thais Lemos. *Sistema internacional de hegemonia conservadora: governança global e democracia na era da crise climática*. São Paulo: Annablume; Brasília: Universidade de Brasília, 2013.